

## DIFICULDADES ENFRENTADAS DURANTE A MATERNIDADE EM MULHERES PRIVADAS DE LIBERDADE

Suênia Galdino da Silva (1); Renata Clemente dos Santos (2)

*Faculdade de ciências Médicas Campina Grande- FCM*

1. *Graduanda em enfermagem pela Faculdade de Ciências Médicas Campina Grande – FCM - PB.*

*Email: [sueniagadino2015@gmail.com](mailto:sueniagadino2015@gmail.com)*

2. *Enfermeira, mestre em Enfermagem pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – RN.*

*Email: [renata.clemente@hotmail.com](mailto:renata.clemente@hotmail.com)*

### Resumo:

**Introdução:** A assistência ao pré-natal é fundamental para garantir as gestantes uma gravidez segura e saudável, diminuindo assim os riscos de complicações. Desse modo, é importante prestar uma assistência de qualidade. **Objetivo:** identificar as dificuldades apresentadas no processo gestacional de mulheres privadas de liberdade descritas na literatura científica **Metodologia:** Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura, tendo sido utilizado inicialmente de 60 manuscritos, artigos indexados na BVS em Maio de 2018, utilizando-se como descritores disponíveis na base de dados Descritores em Saúde (DeCS) “Maternidade” e “Prisão” intercalada com o operador booleano and, ficando ao término da busca 8 artigos para composição da amostra, afim de se estender as dificuldades apresentadas no processo gestacional de mulheres privadas de liberdade. Tendo como critérios de inclusão: Texto completo: Disponível; Idioma: Português. Foram excluídos da amostra os artigos que não atenderam a pergunta de pesquisa e os que estiveram repetidos na biblioteca indexados em mais de uma base de dados. **Resultado:** Evidenciou-se que as condições inapropriadas que as mulheres são submetidas interferem nos resultados dos pré-natais, assim como a carência do sistema prisional dar-se principalmente pela superlotação destes alojamentos. **Conclusão:** Compreende que o ambiente carcerário não se apresenta favorável a mulher privada de liberdade no que tange a maternidade, pois não oferecem condições adequadas para seu funcionamento.

**Palavras-chave:** Maternidade, Prisões, Relações Mãe-Filho.

### INTRODUÇÃO

A atenção ao pré-natal de qualidade e humanizada é de extrema importância para promoção de um nascimento saudável, bem como o bem estar materno e neonatal, este assegura a gestante o acolhimento eficaz em toda gestação (SILVA et al., 2017).

Em busca de melhorias, o Ministério da Saúde instituiu no ano de 2000, o Programa de Humanização ao Pré-natal (PHPN), com o objetivo de proporcionar melhoria no acesso, cobertura e qualidade no acompanhamento ao pré-natal, parto e puerpério, buscando assistência completa de qualidade e humanizada, tornando fundamental a prevenção da saúde materna e neonatal (BRASIL, 2011).

Segundo o ministério da saúde, o calendário de consultas deve ser iniciado precocemente, no primeiro trimestre, devendo ser regular, com o total de no mínimo 6 consultas, sendo acompanhada tanto por enfermeiro, quanto pelo o profissional médico (BRASIL, 2012). A consulta de enfermagem insere-se nesse contexto, proporcionando ações educativas, preventiva e de promoção a saúde da gestante (SILVA et al., 2017).

A Lei 11.942/09 garante às mães de privadas de liberdade e aos recém-nascidos condições mínimas de assistência, como acompanhamento médico e de enfermeiros, principalmente nos períodos pré-natal e pós-parto, e todas as ações extensivas ao bebê, como berçário nos estabelecimentos penais femininos para que as mães possam amamentar os filhos por, no mínimo, seis meses. (BRASIL, 2009)

Contudo, estudos demonstram que as redes de assistência prisional não favorecem a essas mães uma maternidade de qualidade, e que as condições dos ambientes carcerários são inadequados para as mulheres, dificuldade o vínculo da mãe e da criança, assim como a separação precoce dos mesmos (MATÃO, et al., 2016).

Considerando então a garantia de direitos do binômio mãe-filho dentro do contexto de mulheres privadas de liberdade, denota-se a relevância de estudos que apontem as possíveis lacunas dessa assistência de saúde, dessa forma, questiona-se: quais as dificuldades apresentadas do processo gestacional de mulheres privadas de liberdade na literatura científica? Buscando responder a essa questão de pesquisa, o presente estudo tem por objetivo identificar as dificuldades apresentadas do processo gestacional de mulheres privadas de liberdade descritas na literatura científica.

## **MÉTODO**

Trata-se de um estudo de revisão integrativa da literatura desenvolvido a partir de um protocolo norteador de busca de documentos on-line, indexados na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), contemplando as seis etapas que a compõe: elaboração da questão norteadora, delineamento dos critérios de inclusão e de exclusão, eleição das bases de dados e busca das produções, análise dos dados, resultados e discussão dos dados e por fim apresentação da revisão (SOUZA; SILVA; CARVALHO, 2010).

Para primeira etapa o estudo apresentou como questão norteadora: quais os dificuldades apresentadas do processo gestacional de mulheres privadas de liberdade?

Foi realizada a busca dos artigos indexados na BVS em Maio de 2018, utilizando-se como descritores disponíveis na base de dados Descritores em Saúde (DeCS) “Maternidade” e “Prisão” intercalada com o operador booleano and.

A população do estudo, inicialmente triada foi composta por 60 manuscritos, ficando ao término da busca 8 artigos para composição da amostra, mediante a aplicabilidade dos critérios de elegibilidade.

Critérios de inclusão: Texto completo: Disponível; Idioma: Português. Foram excluídos da amostra os artigos que não atenderam a pergunta de pesquisa e os que estiveram repetidos na biblioteca indexados em mais de uma base de dado. O fluxograma 1 subsequente demonstra a seleção da amostra.

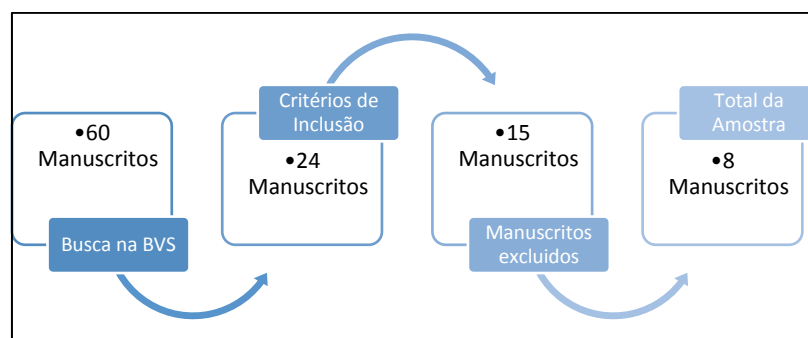


Figura 1: Processo de seleção da amostra. Campina Grande, PB – 2018.

Para coleta dos dados elaborou-se um instrumento para garantir a caracterização dos periódicos com os seguintes itens: Ano e revista de publicação dos periódicos, objetivos de estudo de cada pesquisa e como se desenvolveu a gestação no contexto prisional.

Os dados foram analisados utilizando abordagem qualitativa dos dados provenientes dos manuscritos, por tratar-se de fonte secundária de conteúdo já publicado e indexado em bases de dados de conteúdo aberto e disponível gratuitamente o presente estudo não foi necessária submissão a nenhum Comitê de Ética e Pesquisa.

## RESULTADOS

Ao término da busca o presente estudo contou com 8 manuscritos, desses 6 utilizaram a abordagem qualitativa como método de escolha para coleta de dados e 2 revisões da literatura. Todos os manuscritos foram publicados do ano de 2011 à 2018, destacando-se que não houve recorte de temporalidade para seleção da amostra. O quadro 1 subsequente demonstra os achados da pesquisa.

Quadro 1: Caracterização dos manuscritos quanto aos autores, ano de publicação e abordagem do estudo. Campina Grande, PB - 2018.

Código do Manuscrito	Autor	Ano	Abordagem do Estudo
A1	VENTURA, M.; SIMAS, L. LAROUZÉ B.	2015	Qualitativo
A2	SOUZA, GC.; CABRAL, KDS; LEITE-SALGUEIRO, CDB.	2018	Revisão da Literatura
A3	FRANÇA, AMB.; SILVA, JM. O., 2016	2016	Qualitativo
A5	OLIVEIRA, LV.; MIRANDA, FAN.; COSTA, GMC.	2015	Qualitativo
A6	MATÃO, MEL.; MIRANDA, DB.; MALAQUIAS, A. et al.	2016	Qualitativo
A7	SOARES, IR.; CENCI, CMB.; OLIVEIRA, LRF.	2016	Qualitativo
A8	SILVA, EF.; LUZ, AMH.; CECCHETTO, FH.	2011	Qualitativo
A9	FRANÇA, AMB; SILVA JMO.	2015	Revisão da Literatura

Fonte: Dados da pesquisa.

O quadro 2 disposto a seguir apresenta os objetivos dos estudos selecionados e as principais dificuldades elencadas nos artigos da

amostra concernentes a maternidade em mulheres privadas de liberdade.

Quadro 2: Distribuição dos artigos da amostra quanto aos seus objetivos e as dificuldades enfrentadas na maternidade por mulheres privadas de liberdade. Campina Grande, PB – 2018.

Código do Manuscrito	Objetivos	Dificuldades
A1	Identificar a produção dos Legislativos Federal e dos estados do Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo, que possuem competência em matéria penitenciária e de saúde.	Ausência de regulamentação para estabelecer normas que garanta os direitos. Diversidade de atos arbitrários da autoridade penitenciária. Dificuldade de responsabilização dos agentes estatais. Ausência de medidas preventivas coibitivas das violências institucionais. Ausência de condições gerais para convivência.
A2	Analisar na literatura as ações de Educação e Promoção à Saúde de mulheres privadas de liberdade, com ênfase na fase reprodutiva, nos períodos de pré-natal, parto e puerpério, no sistema prisional.	Precárias condições socioeconômicas, vulnerabilidade biopsicossocial das mulheres. As dificuldades relacionadas ao sistema de saúde mantiveram-se associadas a dificuldade na realização do pré-natal na unidade, carências de unidades de saúde nos presídios e preconceito de alguns profissionais.



A3	<p>Compreender como as mulheres em situação de prisão vivenciam a maternidade durante a reclusão; Identificar o que o momento na prisão lhe proporcionou de experiências, assim como possíveis lacunas deixadas pelo sistema para a garantia de uma maternidade segura.</p>	<p>A carência do binômio mãe-filho resultante da não amamentação e a desvalorização da mulher privada de liberdade.</p>
A4	<p>Compreender a vivência da maternidade para presidiárias.</p>	<p>Infraestrutura prisional inadequado e falta de ações intersetoriais que favoreçam a relação mãe e filho no contexto do aprisionamento, relacionadas a separação do filho</p>
A5	<p>Conhecer as particularidades acerca da relação mãe-filho no ambiente carcerário, na perspectiva de mulheres em privação de liberdade e de funcionários do sistema prisional.</p>	<p>Condições impróprias e ambientes precários e insalubres para viver em companhia de seu bebê e ausência de incentivos para capacitação técnica das presidiárias.</p>

A6	Identificar sua percepção dos vínculos mantidos com os filhos durante o período de reclusão.	Afastamento decorrente do encarceramento enfraqueceu os vínculos entre mãe e filhos e comprometeu a relação de cuidado. Falta de incentivos para estudar. Busca de religiões para tentativa de conforto.
A7	Conhecer as vivências da maternidade em situação de prisão e as condições de saúde infantil no sistema prisional.	Cuidado materno-infantil no sistema prisional se encontra insuficiente e contraditório em relação aos princípios do Sistema Único de Saúde, pois a dificuldade para amamentação torna-se uma das principais causas de desmame precoce.
A8	Identificar as circunstâncias relacionadas à maternidade da mulher em situação de prisão	Fragilidades na manutenção saudável do binômio mãe-filho. A gestão e a carência profissional também se apresentaram como dificuldade, apontando para carência em ações de planejamento familiar, pré-natal, nascimento, puerpério e aleitamento materno, bem como aos aspectos emocionais, voltados especificamente ao encarceramento.

Fonte: Dados da pesquisa.

## DISCUSSÃO

Todos os manuscritos que compuseram a amostra foram publicados a partir do ano de 2011, tal evidência pode estar relacionado a visibilidade tomada por parte dos pesquisadores mediante a publicação da resolução de nº 4 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de 15 Julho de 2009, estabelece a permanência dos filhos com as mães privadas de liberdade por um período de tempo considerado necessário para que não haja danos para o seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

No tocante a abordagem não houveram pesquisas que tenham optado pela metodologia quantitativa para compreensão do fenômeno da maternidade nesse contexto, tal evidência pode estar associada à característica subjetiva que o mesmo apresenta socialmente, sendo então, melhor compreendido utilizando instrumentos e ferramentas qualitativas para coleta e análise dos dados.

Maior parte dos manuscritos tratou da carência de estrutura física adequada para atendimento à mulher privada de liberdade que se encontra gestante, segundo as diretrizes brasileiras essa estrutura física deve contar com as dimensões de 2,85x4,90 metros, e que nas celas estejam incluso: beliche, banheiro, prateleira para guardar pertences e bancadas, assim como, garantia de água, esgoto e energia (BRASIL, 2011)

A carência do sistema prisional brasileiro dar-se principalmente pela superlotação destes alojamentos, que por sua vez não segue nenhum planejamento específico em sua construção, causando grande impacto na qualidade de vida das mulheres privadas de liberdade (RANGEL; BICALHO, 2016).

As condições inapropriadas em que as mulheres privadas de liberdade são submetidas, a falta de regras para convivência e a inexistência de espaços adequados afetam diretamente no seu bem-estar psicossocial. Estes fatores interferem nos resultados dos pré-natais e na assistência dos partos (SANTOS et al., 2017).

A separação precoce entre mãe e filho junto com a deficiência da rede de apoio a estes indivíduos, desencadeiam o sofrimento materno-infantil, debilitando o seu psicológico e tornando a sua maternidade fragilizada e frustrante. Tal sofrimento foi descrito em boa parte dos manuscritos que compuseram a amostra do presente estudo.



Segundo a lei 11. 942/09 estabelece que os estabelecimentos devam ser dotados de berçários, onde as mães possam cuidar de seus filhos e amamentá-los no mínimo, 6 meses de idade, e que as cadeias contenha de creches para acolher crianças maiores de 6 meses e menores de 7 anos, com a finalidade de acompanhar seu desenvolvimento (BRASIL, 2009).

Segundo Santana, Oliveira e Bispo (2016), as instituições prisionais, não possuem um lugar adequado para que as mulheres privadas de liberdade permaneçam durante o período gestacional, não atendendo assim, as necessidades inerentes a gravidez.

O sistema prisional garante a mulher privada de liberdade o direito de permanecer com a criança no cárcere durante um ano e meio estabelecido pela resolução nº 4 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, de 15 Julho de 2009. Nesta resolução estabelece ainda que a separação da criança da mãe deve ser dada mediante um processo lento e gradual, podendo durar até seis meses, visando minimizar complicações no desenvolvimento da criança (BRASIL, 2009).

Entretanto, Barroso e Ferrari (2016), ainda elencam a vulnerabilidade destas crianças após serem retiradas da presença das mães, podem comprometer o seu desenvolvimento psicomotor, desta forma desencadeando a quebra dos vínculos familiares.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados do presente estudo indicam que o ambiente carcerário não se apresenta favorável a mulher privada de liberdade no que tange a maternidade, pois não oferecem condições adequadas para seu funcionamento, estando relacionado com a falta de estrutura física, sanitário, recursos humanos e materiais, alimentares e assistenciais.

A separação precoce do binômio mãe-filho, também apresentou grande impacto nos estudos da amostra corroborando com a literatura as possíveis complicações que pode acarretar ao desenvolvimento das crianças, além do distanciamento familiar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de atenção à saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco**. Brasília: Ministério da Saúde, 2012. Disponível em: <[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos\\_atencao\\_basica\\_32\\_prenatal.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf)>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

BRASIL. Resolução nº 4, de 15 de Julho de 2009. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. Disponível em: <<file:///C:/Users/Renata/Downloads/Resolu%C3%A7%C3%A3o%20n%C2%BA%2004%20de%2015%20de%20julho%20de%202009.pdf>> Acessado em 20 de Maio de 2018.

BARROSO FB; FERRARI IF. Mãe encarcerada: laços e desenlaces com a criança, São João del Rei, **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v.11, n.1, jan-jun, 2016. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/ppp/v11n1/19.pdf>>. Acesso em 19 de maio de 2018.

BRASIL. Ministério da justiça. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Diretrizes Básicas para arquitetura Penal**. Brasília: Ministério da justiça, 2011. Disponível em:<[http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/CNPCP/2011Diretrizes\\_ArquiteturaPenal\\_resolucao\\_09\\_11\\_CNPCP.pdf](http://www.criminal.mppr.mp.br/arquivos/File/ExecucaoPenal/CNPCP/2011Diretrizes_ArquiteturaPenal_resolucao_09_11_CNPCP.pdf)>. Acesso em 19 de maio de 2018.

CÚNICO SD; BRASIL MV; BARCINSKI M. A maternidade no contexto do cárcere: uma revisão sistemática, Rio de Janeiro, **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.15, n.2, pág. 509-528, 2015. Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_abstract&pid=S1808-42812015000200005](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1808-42812015000200005)>. Acesso em 18 de maio de 2018.

FRANÇA AMB; OLIVEIRA E SILVA JM. A mulher em situação de prisão e a vivência da maternidade, Recife, **Revista enfermagem UFPE online**, v.10, n.5, mai, 2016, pág. 1891-4. Disponível em:< <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

FRANÇA AMB; OLIVEIRA E SILVA JM. Maternidade em situação de prisão, Salvador, **Revista Baiana de Enfermagem** v.29, n.4, out-dez, 2015, pág. 411-420. Disponível em:< <https://portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/14026>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

GALVÃO MCB; DAVIM RMB. Ausência de assistência a gestante em situação de cárcere penitenciário, Paraná, **Revista congitare Enfermagem**. v.18, n.3, 2013, pág. 452-9. Disponível em:< <http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-698922>>. Acesso em 19 de maio de 2018.

LAROUZÉ B; SIMAS L; VENTURA M. Maternidade atrás das grades: em busca da cidadania e da saúde. Um estudo sobre a legislação brasileira, Rio de Janeiro, **Cad. Saúde Pública**. v.31, n. 3, mar, 2015, pág. 607-619. Disponível em:< [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2015000300607&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102311X2015000300607&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 18 de maio de 2018.

BRASIL. **Lei nº 11.492**, de 28 de maio de 2009. Disponível em:< [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111942.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111942.htm)>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

MATÃO, MEL. Maternidade atrás das grades: particularidades do binômio mãe e filho, Centro Oeste Mineiro, **Revista de enfermagem do Centro Oeste Mineiro**, v.6, n.2, maio-agosto, 2010, pág. 2235-2246. Disponível em:<

<https://docs.google.com/viewerng/viewer?url=http://www.seer.ufsj.edu.br/index.php/recom/article/viewFile/984/1113>>. Acesso em 19 de maio de 2018.

OLIVEIRA LRF; CENCI CMB; SOARES IR. Mães no cárcere: percepção de vínculo com os filhos, Rio de Janeiro, **Revista Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v.16, n.1, 2016, pág. 27-45. Disponível em:<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S180842812016000100003](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180842812016000100003)>. Acesso em 18 de maio de 2018.

BRASIL. **Portaria nº 1.459, de 24 de junho de 2011**. Disponível em:<[http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459\\_24\\_06\\_2011.html](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2011/prt1459_24_06_2011.html)>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

RANGEL, FM; BICALHO, PPG. Superlotação das prisões brasileiras: Operador político da racionalidade contemporânea, Campinas, **Revista Estudos de Psicologia**, v. 21, n.4, out-dez, 2016, pág. 415-423. Disponível em :< <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v21n4/1413-294X-epsic-21-04-0415.pdf>>. Acesso em 19 de maio de 2018.

SANTANA AT; OLIVEIRA GRSA; BISPO TCF. Mães do cárcere: vivências de gestantes frente à assistência do pré-natal, Salvador, **Revista Baiana de Saúde Pública**, v.40, n.1, jan-mar, 2016, pág. 38-54. Disponível em:<<http://rbps.sesab.ba.gov.br/index.php/rbsp/article/view/778/1793>>. Acesso em 19 de maio de 2018.

SILVA, LA, et al. O cuidado no pré-natal: um valor em questão, Paraná, **Cogitare Enfermagem**, v.22, n.2, 2017. Disponível em:<<http://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-868385>>. Acesso em: 19 de maio de 2018.

SILVA EF; LUZ AMH; CECCHETTO FH. Maternidade atrás das grades, Revista Enfermagem em foco, v.2, n.1, 2011, pág. 33-37. Disponível em:<<http://revista.cofen.gov.br/index.php/enfermagem/article/viewFile/71/58>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

SOUZA, MT; SILVA, MD; CARVALHO, R. Revisão Integrativa: o que é e como fazer, **Einstein**, v.8, n.1, 2010, pág.102-6.

SOUZA GC; CABRAL KDS; LEITE-SALGUEIRO CDB. Reflexões sobre a assistência em enfermagem à mulher encarcerada: um estudo de revisão integrativa, Umuarama, **Arq. Cienc. Saúde UNIPAR**, v. 22, n. 1, jan./abr, 2018, pág. 55-62. Disponível em:<<http://revistas.unipar.br/index.php/saude/article/view/6240>>. Acesso em 18 de maio de 2018.

VERISSÍMO E OLIVEIRA L; MIRANDA FAN; COSTA GMC. Vivência da maternidade para presidiárias, **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.17, n.2, abr-jun, 2015, pág. 360-9. Disponível em:< <https://www.fen.ufg.br/revista/v17/n2/pdf/v17n2a20.pdf>>. Acesso em 18 de maio de 2018.